

Mapas e o Tesouro português: exportações, tecnologias escritas e colonialismo, c. 1760-1810

Maps and the Portuguese Treasure: exports, written technologies and colonialism, ca. 1760-1810

Luigi Pintaude

Mestrando em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

luigi.bpintaude@gmail.com

Recebido: 11/04/2024

Aprovado: 31/01/2025

Resumo: Este artigo investiga a forma documental dos mapas de exportação no Império português, entre 1760 e 1810. Tal tipologia, cada vez mais comum com a implantação das reformas pombalinas, apresentou, enquanto tecnologia escrita, um percurso não-linear e transformativo. A intenção é esboçar uma cronologia dessa forma documental e ressaltar algumas de suas peculiaridades no tempo. O texto utiliza análise quantitativa para tratar da especialização das práticas letradas e da reconfiguração de perspectivas sobre a natureza. O estudo também aborda as tecnologias contábeis e sua relevância em ampla escala na América lusa. Por fim, avaliam-se esses processos na capitania de Rio Grande de São Pedro, examinando trajetórias dos agentes imperiais e dos documentos que registravam as mercadorias exportadas. O argumento central é que os mapas de exportação expressam uma certa noção de natureza – unificada pela conversão em capital – efetivada e intensificada através de certas tecnologias, mapas de exportação de leitura tabular, que permitiram uma exploração econômica mais intensa de certos espaços coloniais.

Palavras-chave: Império Português, Mapas de Exportação, Colonialismo, Rio Grande de São Pedro, História Ambiental

Abstract: This paper investigates the typology of export maps as documents in the Portuguese Empire between 1760 and 1810. Such written technology (increasingly common with the implementation of the Pombaline reforms) had a non-linear and transformative trajectory. The intention is to outline a chronology for this typology and highlight some of its peculiarities over time. The text uses quantitative analysis to examine the specialization of literate practices and the reconfiguration of perspectives on nature. The study also examines accounting technologies and their large-scale relevance in Luso-America. Finally, these processes are assessed in the captaincy of Rio Grande de São Pedro by examining the trajectories of imperial agents and the documents that recorded exported commodities. The central argument is that the export maps express a particular notion of nature, unified by its

conversion into capital. This notion was achieved and intensified through specific technologies, particularly tabular export maps, which enabled a more intense economic exploitation of certain colonial spaces.

Keywords: Portuguese Empire, Export Maps, Colonialism, Rio Grande de São Pedro, Environmental History

Introdução

Os annos d'este escrivão [João Carlos Corrêa Lemos], e os desgostos de se ver individualado, [...] tem feito inhabil os prestimos, [...]; pois que tendo um certo artifício de se fazer muito necessario principalmente aos Vice-Reis, a que só representa difficuldades, e nenhuma providencias, por se constituir o unico depositario dos negocios da junta, confunde todos os que são manejados pela sua inspecção, e quando os não pode absolutamente desembaraçar, recorre ao seu costumado, e extravagante systema de se deixar ficar em casa, debaixo do especioso pretexto de molestias no cerebro, faltas de vistas, verdadeiras tontices na cabeça &c. como me havia já instruido meu antecessor a respeito do seu inconstante comportamento.²⁷ (Vasconcellos, 1860 [1789], p. XX).

Em 20 de agosto de 1789, Luís de Vasconcelos e Souza, Conde de Figueiró, Vice-Rei do Brasil, assinou seu Relatório sobre o estado administrativo, da economia e das contas do Vice-Reino, a fim de deixar seu sucessor, José Luís de Castro, o Conde de Resende, bem informado. Enquanto escrevia sobre os funcionários da Junta da Fazenda Real descreveu as qualidades de João Carlos Corrêa Lemos. De temperamento volátil, preguiçoso e cheio de ardis; o olhar apressado do leitor contemporâneo poderia acreditar se tratar de um “artista” intempestivo e romântico de alguma parte do século XIX. A frágil confusão poderia até mesmo prosseguir com a observação dos equipamentos que provavelmente descansavam sobre sua mesa: caros papéis de linho, vindos da Holanda, França ou das cidades italianas; preciosos frascos de tinta, produzida com as “drogas” trazidas da Amsterdam, em cadinhos de vidro de Hamburgo, penas e pincéis transoceânicos, que viajavam desde os Países Baixos: artigos importados de Lisboa ou ainda, quando possível e permitido, produzidos na própria cidade, como era comum na administração portuguesa (QUINTÃO, 2020, pp. 12-18). O próprio ofício de fazer ver, de *re-apresentar* as realidades da colônia, suas riquezas e sua natureza, poderia dar a entender alguma semelhança.

²⁷ RELATÓRIO do Vice-Rei do Estado do Brazil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu sucessor o Conde de Resende, 20 de agosto de 1789, *RIHGB*, vol. XXIII, 1860, p. 233-234.

A ilusão seria desfeita, entretanto, se os olhos pousassem em suas “telas”. Ao contrário da natureza sublime dos quadros de Caspar David Friedrich ou da natureza revolta e intempestiva da letra de Castro Alves, o que seus “textos” revelam é a natureza prosaica e manejada; produzida e transformada em ativo mercantil. As cores tropicais são substituídas pelas linhas escuras e monocromáticas; as texturas, os sabores, cheiros e sons são convertidos em números, algarismos que atribuem valor de troca.

Lemos era um contador treinado, enviado pelo Erário Régio ao Rio de Janeiro, em 1767, com o objetivo de introduzir o método de partidas dobradas, ou método veneziano. Este era seu “certo artifício”, que o fazia “muito necessario”: ele sabia manejar as técnicas de contabilidade dos mercadores (ALDEN, 1968, pp. 314). O Marquês de Lavradio, antecessor do Conde de Figueiró no Vice-Reinado, havia escrito em seu próprio relatório que Lemos - apesar de possuir “genio muito forte” e “vingativo”, “bastante altivez”, de ser “muito desconfiado” e “bastantemente preguiço” – era “muito inteligente, assim no calculo como na regularidade da escripturação”.²⁸ A escripturação por partidas dobradas havia sido central para a formação da frágil, mas extensa rede mercantil que envolvia a economia-mundo capitalista (BRAUDEL, 1961, pp. 285-286). Através dela, os administradores, de Coroas, corpos e companhias, poderiam ver (economicamente) a si mesmos e aos outros, como afirmaria Matthäus Schwartz, contador dos Fuggers, banqueiros dos Habsburgo no século XVI, comparando a técnica a um espelho (CROSBY, 1999, p. 191).

Se, por um lado, o frade franciscano, Luca Pacioli, não foi seu criador - o que se pode afirmar com razoável certeza, afinal os primeiros registros datam de cerca de 200 anos antes de sua vida (1445-1517); por outro, foi ele que efetivou um momento forte de difusão desta *tecnologia escrita*, ao integrar sua forma - duas colunas, com créditos e débitos, respectivamente - e a matéria, o texto impresso em papel, em 1494. A seção de sua *Suma de arithmetica, geometria, proportioni et proportinalita* que versava sobre contabilidade foi traduzida para italiano, alemão, holandês, francês e inglês e foi altamente plagiada. No século XIX, as edições estadunidenses chamavam a técnica apresentada pelo frade de “a verdadeira forma italiana” (CROSBY, 1999, pp. 197, 201).

Na América portuguesa a chegada de homens *especiosos* como Lemos, instruídos no método veneziano, inscrevia-se em uma política mais ampla, de produção de um espelho econômico do Império português; um esforço pela representação administrativa da natureza e das formações sociais

²⁸ RELATÓRIO do Vice-Rei do Rio de Janeiro Entregando o governo a Luiz de Casconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *RIHGB*, vol. IV, 1842, p. 444. Conferir Nota 1.

luso-brasileiras, a fim de orientar os agentes do projeto colonial na formulação de políticas para tornar a conversão de produtos da terra em riqueza mais eficiente, através do controle do fluxo de pessoas, trabalho e mercadorias. Esta dinâmica, aprofundada após 1750, entretanto, já ocorria, há pelo menos um século (NOVAIS, 1995, p. 82; MONT SERRATH, 2013, pp. 12-13).

A criação do Erário Régio, em 1761, é um ponto central neste processo. Se podemos falar em centralização e concentração de poder é porque a criação de núcleos de tomadas de decisões e nódulos de redes de comunicação como este foram criados - neste período transicional, que caracterizou a segunda metade do século XVIII, principiado pelas reformas do Marques de Pombal – o que acabou por intensificar a possibilidade do exercício do poder (DA CRUZ, 2014, pp. 2-3; BETHENCOURT, 2016, p. 41). Reformas que se centravam na criação de locais privilegiados no acesso à informação - o que Pombal fez sob inspiração britânica - efetivada por meio das tecnologias informacionais, tais como as da contabilidade (DA CRUZ 2014, p. 23; MONT SERRATH, 2013, pp. 247-248).

Este estudo versa sobre uma das formas de representação do mundo que figuraram entre essas tecnologias: os mapas de exportação. Tal tipologia tornou-se cada vez mais comum com a implantação das reformas pombalinas, entretanto não o fez de maneira linear ou sem transformações. A intenção é esboçar uma cronologia para esta forma documental e ressaltar algumas de suas peculiaridades no tempo. Para tanto, o texto divide-se em três seções. Na primeira, tratarei do período das reformas, da especialização das práticas letradas e reconfiguração de perspectivas sobre a natureza. Na segunda, vêm ao foco tecnologias específicas e sua relevância em ampla escala na América lusa. Na terceira, com lente aproximada, será feita uma avaliação dessas dinâmicas na capitania de Rio Grande de São Pedro. Com estes procedimentos, pretendo capturar uma pluralidade de tempos e espaços que permita produzir um esforço historiográfico de escopo regional-imperial. Conclui-se que os mapas expressam uma certa noção de natureza – àquela apropriada pela dinâmica do capital – efetivada e intensificada através de certas tecnologias, que permitiram uma exploração econômica mais intensa de certos espaços coloniais.

O enquadramento da Natureza

Sob o peso dos custos do terremoto que havia assolado Lisboa em 1755, as contas do Império português preocupavam os letrados responsáveis pela formulação das políticas imperiais. Em 1761, pela primeira vez, a cota anual de 100 arrobas, imposta pela Coroa sobre a extração de ouro em Minas Gerais, não foi cumprida. Ainda que seja mais prudente falar em depressão ou estagnação da economia

extrativa do que propriamente de uma crise, os anos seguintes, ao menos até a década de 1790, apresentariam decadência na frequência da taxaço sobre produtos, indicando desauecimento comercial, uma lenta queda nas exportações de ouro e queda das importações da capitania. A estagnação das capitanias do Nordeste açucareiro em nada contribuía para a situação econômica (MAXWELL, 1973, pp. 65-66; CARRARA et al, 2023, pp. 10-14). A criação do Erário Régio, neste contexto, é um importante indicador das tentativas de centralização e codificação das contas e dos fluxos econômicos do Império. De fato, um crescente número de instituições imperiais tornava-se subordinada ao Erário e lhe devia contas.

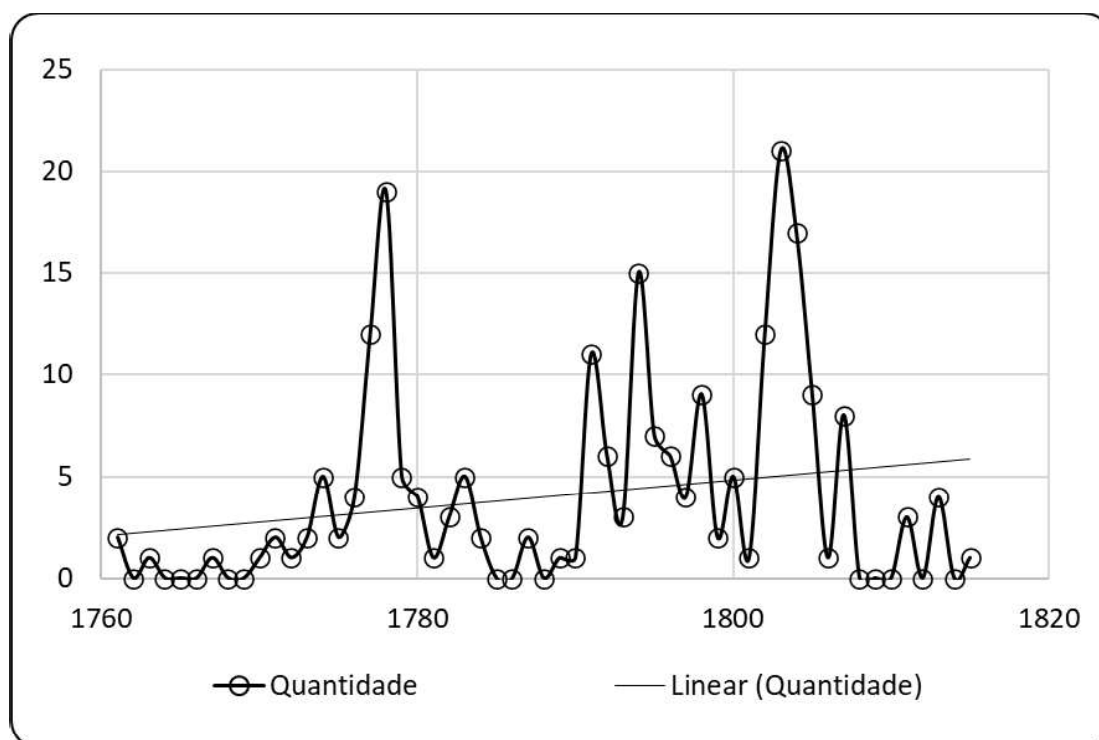
Desde 1711, a autonomia dos conselhos municipais vinha sendo colocada em questão por toda a extensão dos territórios ultramarinos, ou seja, uma dinâmica recente de centralização das contas imperiais se inseria em uma tendência mais longa de polarização política. Não se tratava de uma questão meramente colonial ou mesmo de ações isoladas um ministro que tomava o leme do Império, como por vezes o Sebastião José de Carvalho e Melo - secretário de Estado do Reino, entre 1750 e 1777, e responsável pela criação do Erário - foi retratado (DA CRUZ, 2014, pp. 7-8). Tratava-se de uma transformação da estrutura vigente no desenho da cobrança de impostos assentada largamente na escrituração contábil e na produção de um rigoroso sistema de contas públicas, que resultava em um reforço da centralidade do Estado em Portugal durante a segunda metade do século XVIII. As atividades fiscais, que antes do terremoto eram exercidas por uma série de indivíduos dispersos, estavam lenta, mas seguramente, sendo costuradas em uma mesma trama (CARDOSO, CUNHA, 2011, pp. 75-77)

É certo que, nos últimos anos, a historiografia sobre o poder no Império português tem observado mais atentamente as relações de aliança, conciliatórias e de negociação *em detrimento* das relações de poder verticalizadas de conflito e exploração (SOUZA, 2006, pp. 61-62; PAQUETTE, 2013, p. 21). A questão aqui proposta, contudo, continua sendo compreender as tensões colocadas nas disputas pelo controle da produção social da riqueza, organizada, evidentemente, através das malhas de poder, atravessando a costura social das relações de interdependência, cuja existência, esse mesmo capital tornava possível. Ademais, é notório que as práticas administrativas imperiais, já no final do XVII estavam em franco processo de centralização das decisões políticas, possibilitadas *materialmente* pela exploração sistemática das riquezas coloniais, do ouro em particular, na formação desta dinâmica de cristalização do império (SOUZA, 2006, pp. 68-69; BICALHO, 2010, pp. 353). Ironicamente, era

esse ouro e seu fluxo que era visto por alguns letrados como problema (MAXWELL, 2001 [1973], pp. 23-24)

Uma fração destes portugueses, ligados aos textos pombalinos, - que percebiam o Império português como sujeito a um “atraso” frente a seus concorrentes ultramarinos, que lhe drenavam o ouro – estavam à procura de caminhos para solucionar a situação. As propostas de intervenção da Coroa na economia, visavam superar as relações sociais enxergadas como “obstáculos”, através da fragilização do poder nobiliárquico, redução da presença espiritual e material da Companhia de Jesus nas conquistas e colônias portuguesas e criação de vias de comunicação intercontinentais (PAQUETTE, 2013, p. 26).

Gráfico 1 - Quantidade anual de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

Em termos comerciais, o tráfico marítimo da porção norte da colônia americana tornou-se formalmente controlado por companhias privilegiadas; a produção de vinho em Portugal recebeu privilégios regionais; a produção de seda foi protegida por legislações e uma extensa reforma

universitária foi operacionalizada (BETHENCOURT, 2016, p. 41). Não é surpresa que esta mudança qualitativa veio acompanhada por um aumento da produção de documentação administrativa (QUINTÃO, 2020, p. 3). Os papéis que carregavam as informações imperiais não se tratavam de mero suporte; eram, antes, uma das bases materiais de sustentação do empreendimento colonial, tal qual os navios, canhões e mercadorias tropicais. Os atos comunicativos da escrita e da leitura garantiam a corrente de transmissão das práticas de domínio sobre o território e o fluxo dos seus produtos. Os textos, reforçavam a interconexão entre as diferentes partes de um império ultramarino.

O método de partidas dobradas passava a ser central em diferentes partes do Império: nas Minas, no Rio de Janeiro ou onde quer que houvesse recursos a serem convertidos em crédito para assegurar as contas (ALDEN, 1968, p. 314; QUINTÃO, 2020, p. 10). A fim de sintetizar os dados e produzir a contabilidade, uma das principais formas para representar as potencialidades e a efetividade da exploração colonial foi o mapa de exportação. Esta forma documental, como sugere o termo “mapa”, utilizado como sinônimo de lista ²⁹, tratava-se de uma compilação das informações referentes ao comércio de determinada região, sejam elas ligadas às cargas individuais de embarcações específicas; à carga de frotas inteiras, ou mesmo de cunho mais geral, com recorte de vilas ou capitânias em determinados anos (DE CAMBRAIA MARTINS; MELO, 2019, p. 87). Conforme cresciam as exportações, também o faziam - ainda que não reflexivamente, mas produtivamente - os registros de suas quantidades (Gráfico 1). Seguida de um crescimento muito forte da presença de documentos com "mapas de exportação" nos anos de administração pombalina, uma abrupta queda após o ano de 1778 marca o que se tornou conhecido na historiografia como a *Viradeira*, um período de reação às dinâmicas administrativas dos 27 anos anteriores. Entretanto, não podemos deixar levar pela imagem fácil de um pêndulo a variar em ritmos de alternância completa. A partir de uma pluralidade dos tempos, certos movimentos de mais longa duração operavam continuidades e intensificações de certas práticas, ainda que ao revés dos atribulados eventos da queda do Marquês (PAQUETTE, 2013, p. 35).

Em particular, a reforma educacional e universitária - através da introdução do estudo da lei natural, da instalação de laboratórios de ciências naturais e criação de escolas primárias e secundárias fora da jurisdição das corporações religiosas - teve um importante papel na formação das gerações das elites portuguesas que cresceram no período. Em 1759, a Aula de Comércio foi criada, uma escola na

²⁹ SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. v. 2, p. 266.

qual se treinavam os futuros *contadores* e *mercadores* do Império. Já em 1770, por meio do Alvará de 30 de agosto de D. José I, a frequência se tornou obrigatória a todos os mercadores. Deste modo, a seleção de oficiais passava a ser condicionada a sua formação em Colégios, Universidades ou Aulas, instituindo uma forma de produção de um espaço compartilhado de experiências que auxiliava a construir uma certa forma de se relacionar com o mundo (CHAVES, 2007, p. 267). Apenas dois anos depois, seguiu-se uma atualização do estudo das leis em Coimbra, em tendência ao que ocorria na Europa, de maneira mais ampla, com a presença de professores interimperiais. (BETHENCOURT, 2016, p. 41)

As reformas se inspiravam largamente nos governos de Maria Teresa e de José II, soberanos da Áustria, cujas administrações caracterizaram-se por uma série de medidas que desenharam um cenário de centralização política a partir da instituição de novos padrões de ensino, necessários a uma burocracia especializada. Sebastião de Carvalho e Melo, apesar de buscar referência no primeiro-ministro de Luís XIII, da França, o cardeal Richelieu, combinava as lições extraídas do francês com a respostas oferecidas pelo exemplo austríaco, no que se refere à estruturação as finanças e à relação com a Igreja. Não surpreende. Em Viena, quando ainda era embaixador, Carvalho e Melo, esteve entre a alta aristocracia e agentes administrativos do Império austríaco, cujas ideias educacionais e pedagógicas ajudaram a dar corpo às suas próprias políticas (CARDOSO; CUNHA, 2011, p. 72-73).

Entre os novos professores do Império, contratados para os novos colégios, estava o segundo lente da Aula de Comércio, Alberto Jaqueri de Sales, um dos responsáveis pela formação de um discurso mercantil sobre o mundo. Entre 1761 e 1773, ele publicou os quatro tomos do manuscrito *Diccionario do Commercio*, uma tradução do *Dictionnaire Universel de Commerce*, escrito por Jaques Savary des Brûlons filho (GUIMARÃES, CHAVES, 2020, p. 106). A construção de uma determinada forma de olhar para a Natureza, muito prática e analítica, foi adotada na escolha do texto a ser traduzido e adaptado, com exemplos comerciais portugueses (CHAVES, 2007, p. 268). Ainda que não haja uma entrada para o termo “Natureza”, diversas passagens permitem entrever os contornos de uma perspectiva que reparte as formas de vida não-humanas, a matéria orgânica e inorgânica em artefatos mercantis a serem apropriados. Se acompanhamos o verbete para a palavra “Terra”, logo perceberemos que o interesse expresso na obra que circulava entre os alunos não era explicitamente filosófico – ainda que estivesse orientado por uma determinada visão sobre o mundo –, mas econômico.

"Os Filozophos contão a terra por hum dos quatro elementos, que entrão na Composição de todas as couzas; porem esta Substancia terra, não hé propriam(te) a terra que pizamos, como que habitamos.

Mas como esta materia não pertence a este Diccionario, contentar-me-hey de referir as terras, ou barros medicinaes, e das que servem para os Pintores, Tintureiros, e Manufacturas, e outras obras que fazem hum dos objectos deste Diccionario."³⁰

A questão se torna ainda mais evidente no verbete sobre “Árvores”. O destino que o autor aponta para elas é tornar-se uma imensa coleção de mercadorias, “objectos de Commercio”. Suas raízes, cascas, folhas, troncos e flores eram descritos a partir de um olhar que tinha como intenção a maximização do proveito mercantil de suas propriedades, ao torná-la um bem de consumo. Diz ele

"Há poucas Arvores que não forneção ao Commercio algum gênero de fazenda; ha tais como o coqueiro, cujas partes todas podem fazer hum objecto de commercio. Os Droguistas, e os Boticários tiram das Arvores a maior parte das Drogas, e remedios próprios a Medicina: Outras produzem as côres para os Pintores, e os Tintureiros: E os Perfumadores preparam com as flores e páo ou a casca das ditas Arvores os mais preciosos perfumes."³¹

Novamente, não há uma entrada para “Animais”. Entretanto, a observação da descrição de suas variedades também escancara uma interpretação organizada em torno da objetificação e mercantilização do mundo e seus habitantes. Um caso exemplar é o das baleias, cujo comércio era um monopólio mercantil. Elas constituíam um grupo de seres vivos cuidadosamente descrito no Diccionario, cuja diversidade foi diretamente afetada pela pesca predatória que se seguiu à sistematização imperial do conhecimento sobre ele, entre os séculos XVII e XVIII (VIEIRA, 2023, p. 111, 120-121). Tudo isso estava na base da formação de um *mundo economicus*, uma realidade material e conceitualmente construída para dar corpo aos anseios de acumulação de capitais, a partir de uma incorporação da natureza que a igualava com a renda e a riqueza, que poderiam ser produzidas por meio de sua conversão em ativo mercantil (BONNEUIL, FRESSOZ, 2016, pp. 200-210). O estudo começava cedo: os candidatos tinham a idade mínima de 14 anos, mas não tinham limite de idade. O ápice dessa forma de enxergar o ambiente era a técnica das partidas dobradas, ou seja, o registro dos artefatos da natureza como valor monetário (CHAVES, 2007, p. 268).

Em 1779, a Academia de Ciências de Lisboa era fundada com o objetivo de difundir práticas e saberes científicos entre os súditos abastados. Literatura, história, *economia política* e *ciências naturais*

³⁰ SALES, Alberto Jacqueri de. Diccionario do Commercio. Tomo III. Que contem as Letras iniciaes Q, R, S, T, U, V, Z. [1761-1773], p. 282

³¹ SALES, Alberto Jacqueri de. Diccionario do Commercio. Tomo I. Que contem as Letras iniciaes A, B. [1761-1773], p. 185

eram parte das discursividades que circulavam intensamente nos seus corredores (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 127). Uma forma de entender o mundo, construída na tríade Natureza-Economia-Contabilidade, parece ganhar corpo no período. Não que se propusessem revoluções – a intenção era um controle efetivo, integração e conhecimento sobre processos produtivos e comerciais *já existentes* –, mas há de se notar uma alteração nos padrões de representação do que pode ser entendido como materialidade (PAQUETTE, 2013, p. 50). As práticas discursivas dos membros da Academia, especialmente, apresentavam uma característica fortemente prática, de união entre a compreensão de processos biológicos com o interesse na possibilidade de sua utilização na produção econômica (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 128).

Ainda que se possa pensar em uma oposição entre o *agrarismo* do período ao *mercantilismo* dos vinte anos anteriores, o que unifica a experiência, sem desqualificar suas especificidades, é a preocupação com a configuração de uma *economia política* no enquadramento modernizante. Observe-se, contudo, a relação dialética, estabelecida entre as forças da tradição agrária e as disposições recentíssimas deste *neo-mercantilismo*: ao mesmo tempo que se projetava o futuro, as experiências de passado eram mobilizadas (MAXWELL, 2013, p. 73; PAQUETTE, 2013, p. 38). A unidade entre os dois era, novamente, a intenção de utilizar o conhecimento do mundo “natural” para baratear o acesso às mercadorias, o que era entendido como o próprio intuito da natureza. Em 1789, o abade José Corrêa da Serra, um dos fundadores da Academia Real, escreveu o Discurso Preliminar, que abre a coleção de textos da instituição. Nascido em Serpa, Portugal, em razão de seu status de cristão-novo, mudou-se para Nápoles aos 6 anos, em 1757, onde iniciou sua formação. Nos 20 anos seguintes, dedicou-se ao estudo teológico e da História Natural, sob a inspiração de Luís António Verney, um ilustrado português que residia na Itália (CARDOSO, 2024a, p. 3). Depois de retornar a Lisboa, foi peça-chave na fundação da Academia e na formulação de seus objetivos. No Discurso, ele deixa explícito que a História Natural e a compreensão do mundo têm função econômica.

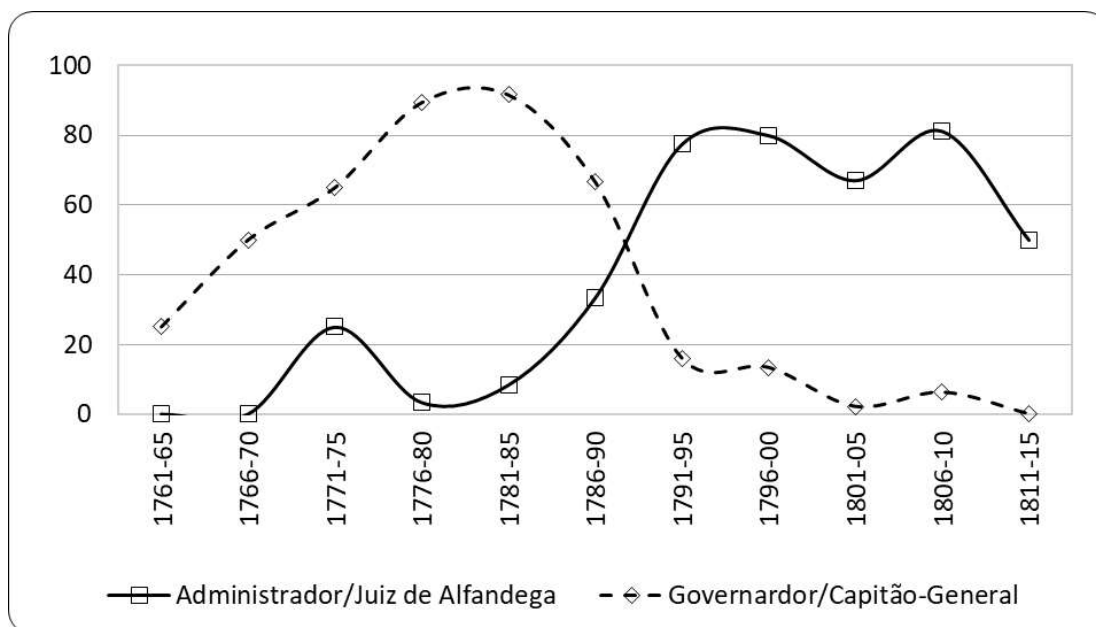
“O primeiro passo de huma Nação, para aproveitar Suas vantagens, he conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em Si encerraõ, o que de Si produzem; o de que Saõ capazes. A HiStoria Natural he a única Sciencia que taes luzes póde dar (...) As artes todas não Saõ mais do que huma applicação do conhecimento da natureza ás nossas precisões, e utilidades; o Seu adiantamento depende todas das Sciencias naturaes, e das exactas, e quanto mais eStas tem Sido cultivadas em cada povo (...) O exame o eStado actual das artes entre nós, o melhoramento dos methodos, e máquinas que nella Se uSaõ, a diminuição dos gastos, e a dos preços que dahi resulta

(...) São outros bens que a Academia póde fazer a Portugal, bem análogos á natureza do Seu intuito.”³²

Os resultados de uma especialização técnica, ainda que incipiente nos primeiros anos da segunda metade do século, tornam-se visíveis com a transição da administração pombalina para os anos do primeiro-ministro Melo e Castro. Se, por um lado, é fato que os mapas de exportação "geralmente, eram emitidos pelos Juizes das Alfândegas dos portos de saída. Passavam pelas mãos do governador e eram destinados à secretaria de estado da Marinha e Ultramar" (DE CAMBRAIA MARTINS; MELO, 2019, p. 87), é certo, por outro, que uma mudança ocorreu a partir da década de 1780. Como apresenta o Gráfico 2, os emissores mais frequentes dos documentos com mapas de exportação alternaram-se em dois ciclos visíveis de 30 e 25 anos, entre os anos de 1761-90 e 1791 e 1815, respectivamente. Se, no primeiro ciclo, os governadores e capitães-gerais eram os emissores de maior significância, o que durou até a segunda metade da década de 1780; desde a segunda metade da década de 1770, os administradores e juizes de alfândega, tornavam-se cada vez mais presentes, até o pico de sua representatividade, entre 1806 e 1810. Parece ter ocorrido uma alteração no grau de especialização – e talvez até mesmo de instrução – dos agentes responsáveis pela produção técnica de documentação imperial. Uma autoria construída coletivamente – na longa duração da formação de uma linguagem comercial com características próprias dos impérios – era reformulada conforme o enquadramento administrativo se alterava. O mundo dos números, das finanças e do comércio era esboçado por mãos treinadas. Junto aos quadros populacionais, mapas geográficos e tratados políticos, os mapas de exportação possibilitaram à Coroa manipular matrizes de informação.

³² SERRA, José Corrêa da. "Discurso Preliminar." in *Memorias econômicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura*, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. VIII-IX.

Gráfico 2 – Porcentagem dos emissores entre os documentos que contém esta informação (Médias Quinquenais)



Fonte: Conferir Anexo 1

O manejo de espaços e remodelamento de paisagens não passava apenas pelas armas, pelo arado, pela enxada ou pelos carros de boi - ainda que todos fossem fundamentais à colonização -, mas também pelos pincéis e pela tinta. Números, palavras e assinaturas não somente representavam o mundo em seu conteúdo, mas o transformavam em sua materialidade. A padronização e uniformização da linguagem, um movimento epistêmico, dialetizava-se com a tentativa de uniformização da natureza, um movimento ontológico (PAQUETTE, 2013, p. 52). No entanto, as paisagens de que falamos, para além de serem entendidas como uma interrelação prática entre a atividade humana e a natureza extra-humana, têm de ser observadas como o resultado dialético entre uma ecologia particular, a ação cotidiana e rotineira das formas de produzir e o cálculo deliberado e planejado da produtividade da terra e do trabalho (TOMIC, et al., 2021, p. 8).

Deste modo, se entre os séculos XVI e XVIII, a colonização foi causa e consequência da tentativa de reconstrução da ecologia europeia nas Américas, através do transplante de cultivos de uso cotidiano do Velho Mundo, em longuíssima duração, também devemos considerar a especificidade do período em tela (BRAUDEL, 1984, p. 388). A nova *geografia de acumulação* de fins do século XVIII, incluía a expansão das *fronteiras mercantis* do algodão, do café e do açúcar por meio de uma especialização

produtiva, que particularizava as áreas de cultivo do Império português (MOORE, 2000, p. 410-411; PARRON, 2023, p. 691-692). A demanda industrial, não apenas por algodão, mas pelo café e pelo açúcar, enquanto elementos da vida urbana europeia, era uma das forças que produzia a transformação dos campos das capitanias de Pernambuco, Bahia e do Rio de Janeiro e do Estado do Maranhão e Piauí em extensos espaços produtivos, que compunham uma nova *geografia de acumulação*, na qual as relações escravistas e de industrialização se interpenetravam (PALACIOS, 2004, p. 140, 159; PARRON, 2023, p. 693-694; MELO, MARTINS, 2023, p. 20; MARQUES, MARQUESE, 2023, p. 225-226). Tratava-se de uma continuidade na ruptura: a tendência de polarização das relações entre campos e cidades, presente como uma forma de “colonização interna” nas unidades políticas da Idade Moderna, passava a existir através de continentes e impérios, estabelecendo uma divisão interimperial do trabalho, calcada em uma geografia baseada na sincronia dos fluxos econômicos das zonas rurais luso-americanas e das demandas urbanas europeias (MOORE, 2003, p. 436; PARRON, 2023, p. 695).

Contabilidade e a economia do papel

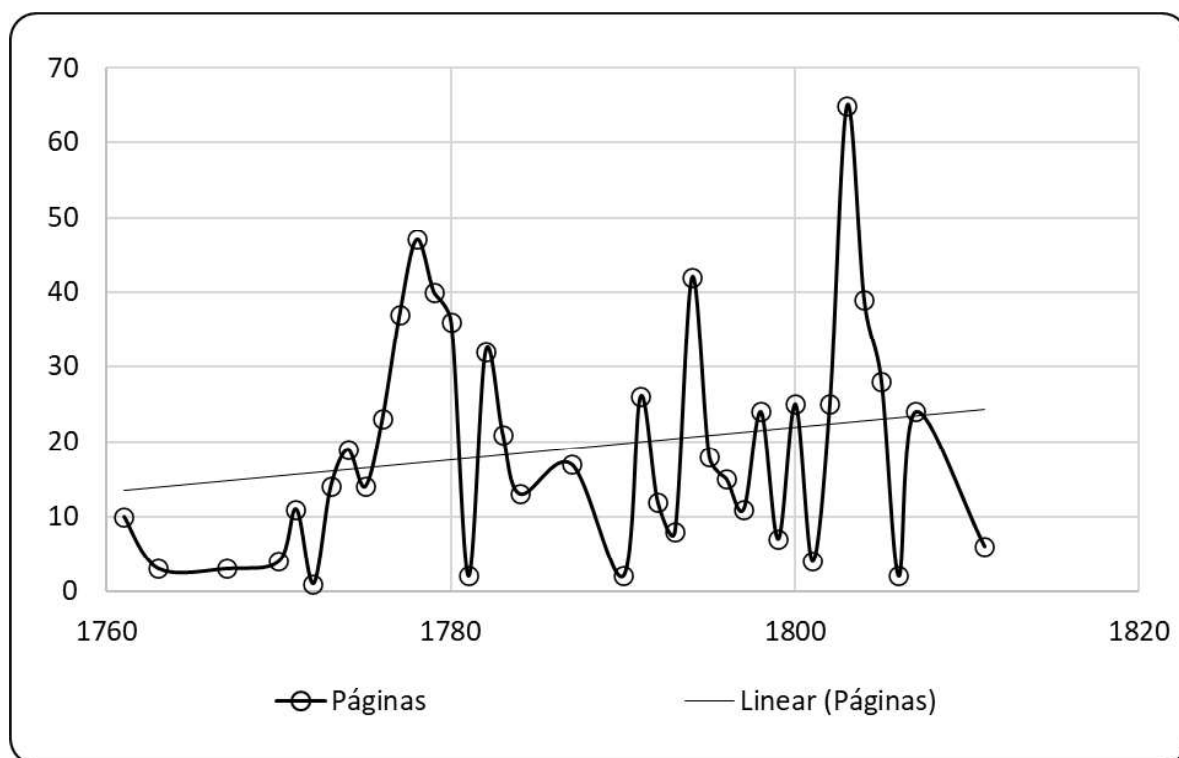
As reformas do fim de século poderiam ser representadas com muitas cores: pouco efetivas, efêmeras ou “anacrônicas”, por supostamente serem mais apropriadas ao século XVII do que ao XVIII. Contudo, se, por um lado, a aristocracia voltou a ter um papel mais decisivo na política imperial depois da queda de Carvalho e Melo, por outro, as políticas econômicas apresentaram relativa longevidade e impacto, materializados na já citada revitalização das exportações de 1790.

As ações dos reformadores, entretanto, produziam importantes transformações. A expulsão dos jesuítas, em particular, e a reforma de ensino, em geral, podem ser interpretadas como um compasso de fratura no equilíbrio de poder entre Coroa e Igreja. O terreno das academias não-religiosas era solo fértil para uma cultura política secularizada. E, a fim de matizar a questão de que não haviam universidades ou imprensa na colônia, devemos lembrar que um número não desprezível de filhos das elites escravocratas encaminhava-se à Lisboa e ao Porto em direção às instituições de ensino. Entre 1772 e 1785, cerca de 300 alunos nascidos no Brasil matricularam-se na Universidade de Coimbra (MAXWELL, 2013, p. 110; BETHENCOURT, 2016, pp. 42-43). Uma unidade intelectual - dialética e contraditória - era formada pela circulação nos espaços de sociabilidade e pelo contato com textos em debate.

Não é de se espantar, portanto, que, em 1787, Dom Rodrigo de Souza Coutinho escrevesse um *Discurso sobre a mendicância*, diagnosticando a fragilidade da posição lusitana e mobilizando, para tal,

os debates de Sanches, Necker, Condorcet e Adam Smith (SANTOS, 2009, p. 215). Páginas e páginas transbordavam tinta na procura por formas de atrair capitais, a serem adquiridos com o produto do sangue das mulheres e homens escravizados na colônia. Não bastava que os registros das exportações crescessem (Gráfico 3); se a mendicidade, a “miséria”, do Império não deixasse de atormentar os letrados, as penas e os chicotes não descansariam. Dom Rodrigo, nascido em 1755, teve como padrinho de batismo o Carvalho e Melo. Depois de estudar na Universidade de Coimbra e passar por uma longa carreira diplomática, de 1777 a 1796, tornou-se Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e Presidente do Erário Régio, entre 1801 e 1803. Durante o período em que esteve em missão diplomática, na Sardenha, tomou especial contato com as ideias do iluminismo italiano e escocês (SANTOS, 2009, pp. 214-215).

Gráfico 3 - Quantidade anual de páginas de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

Coutinho observava com atenção os demais impérios ultramarinos. Em especial, a Inglaterra o interessava: a monarquia parlamentar, os incentivos às atividades produtivas e comerciais e o controle

das receitas e da fazenda excitavam a mente do jovem reformista (SANTOS, 2009, pp. 220-221). Como produzir um cenário que pudesse emular o sucesso britânico? Dados sobre as colônias vinham sendo coletados há tempos. Ao menos desde 1755, quando a Junta do Comércio, Agricultura e Navegação foi fundada, esforços nesse sentido eram sistematizados (PAQUETTE, 2013, p. 36). A "falta de informações", entretanto, inquietava Coutinho. O estado dos domínios ultramarinos lhe interessava e ele exigia maiores informações dos governadores, a fim de desenhar as medidas para o que ele entendia como "bem comum". Isso significava a produção de mapas e descrições geográficas, dados sobre a população e, *acima de tudo*, relações precisas sobre a quantidade, qualidade e destino das produções, bem como informações específicas sobre as importações das capitanias. As informações chegavam em grande quantidade e eram apaixonadamente transformadas em estatísticas (PAQUETTE, 2013, p. 53)

Deste modo, se ele não rompia com o modelo mercantilista, ainda assim propôs um vasto programa de reformas, formuladas sob a inspiração do abade Raynal, Adam Smith e outros iluministas. Sua visão era de um alívio da carga fiscal, reduzida pela metade no caso da mineração; de uma redução sensível das taxas de importação dos bens trazidos de Portugal para o Brasil e ainda tentativas contundentes de findar os contratos de monopólio da caça das baleias e da coleta do sal, chamados por ele de "um criminoso método" (CARDOSO, CUNHA, 2011, pp. 82-84). Era tal constelação intelectual, presente na mente dos letrados, – formada na tensão entre um mercantilismo monopolista, fisiocracia e a ilustração liberal – que, de certo modo, colocava em cena uma Natureza, que equivalia a uma justaposição de recursos.

"A tradução da natureza em recursos naturais permeia os escritos dos ditos mercantilistas da era moderna, dentre os quais é possível elencar diferentes precursores da história econômica e social (...). O surgimento e desenvolvimento da economia política no século XVIII, que incorporou elementos do mercantilismo, criou o arcabouço que serviria de inspiração para análises econômicas posteriores, incluindo a história econômica." (MARQUES, no prelo)

Ora, de um lado, os defensores da industrialização, inspirado por Colbert, mantinham uma versão dos fatos que colocava a indústria como fator catalizador do aumento da produção agrícola. O que eles estavam exercitando era uma perspectiva na qual a produtividade da terra poderia ser incrementada indefinidamente através da aplicação de capitais e de uma crescente demanda urbana incentivada pela produtividade da indústria e pelos salários urbanos.

Pensavam estes, com Colbert, que a indústria mantinha segura e florescente a agricultura e que a multiplicação das fábricas aumentaria tanto a agricultura como o povoamento, «porque diminuindo-se a extracção do dinheiro, este servirá para o

aumento da agricultura, fazendo subir o valor das suas produções»; e as fábricas ocupam a gente ociosa. (GODINHO, 2019, p. 113).

De outro lado, fisiocratas, como Vandelli, assumiam que a existência de uma agricultura imperial altamente produtiva era a condição material que sustentaria o desenvolvimento posterior da indústria. O italiano Domenico Vandelli, chamado de Domingos Vandelli em Portugal e nascido em Pádua, onde realizou sua formação universitária em medicina e história natural, se estabeleceu na Península Ibérica em 1764, ano em que foi chamado, junto a outros professores italianos, para lecionar ciências no Real Colégio dos Nobres (CARDOSO, 2024b). Em 1789, uma “Memória econômica” de sua autoria foi publicada na coleção da Academia Real de Sciencias, defendendo a primazia da agricultura sobre a indústria. Nela, ele apontava a centralidade da agricultura em garantir a redução dos custos de força de trabalho para a indústria.

“As Fabricas não podem Subsistir, nem prosperar, Senão em proporção do eStado florescente da Agricultura. Todas as Fabricas precisam abundancia, e barateza das primeiras materias, e particularmente da mão de obra, que depende absolutamente da abundancia das produções da Agricultura.”³³

Por fim, a posição de homens liberais como Coutinho não dispensava a transformação da natureza, por meio do seu conhecimento, em artefatos de capital. Em que pese a discordância quanto ao setor produtor da riqueza, todos os lados deste debate reafirmavam a possibilidade do estímulo mútuo entre indústria e agricultura, a partir da apropriação da natureza a custos reduzidos. Isso significa dizer que a produção da Natureza Barata, durante a Idade Moderna, tal como o historiador e geógrafo Jason Moore denomina este fenômeno, tratava-se de um processo, que foi, ainda que tardia e lentamente, produzido a partir da consciência da utilidade mercantil da redução dos custos dos alimentos, da terra e das matérias-primas. Nas palavras de Moore

“A primeira realização dessa nova lei do valor – uma lei de Natureza Barata – foi, portanto, criar Trabalho Barato. (...) O Trabalho Barato e o trabalho produtivo, portanto, precisavam de algo pra avançar a lucratividade e acelerar a acumulação do capital: energia, comida e matérias-primas Baratas. (...) Comida Barata para impedir o aumento do preço da força de trabalho, ou ao menos para que não aumentasse rápido demais (MOORE, 2022, p. 161, 164)

Um cálculo acertado de como realizar essa lei de valor só poderia ser efetivado através da implementação de inovações tecnológicas que surgiam. Coutinho estabeleceu a Sociedade Real

³³ VANDELLI, Domingos. “Memória Sore as Produções do Reino, e das ConquiStas, primeiras materias de diferentes Fábricas, ou Manufacturas” in *Memorias econômicas da Academia real das sciencias de Lsboa, para o adiantamento da agricultura*, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. 250-251.

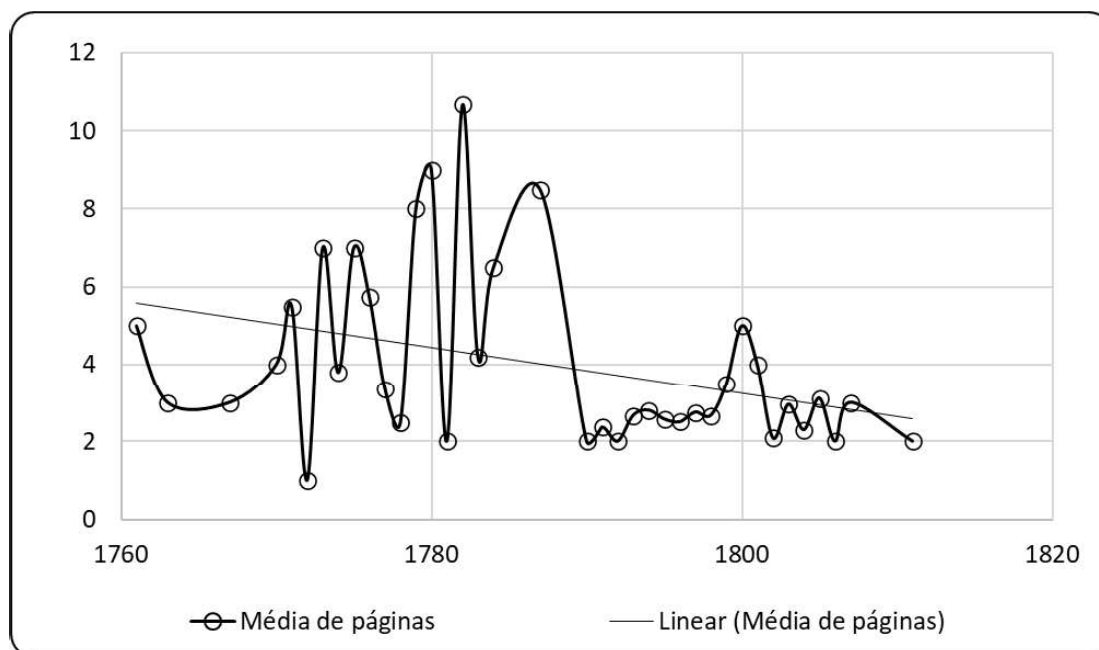
Marítima, Militar e Geográfica em 1798 e a Tipografia Calvográfica e Literária do Arco do Cego em 1799, a fim de produzir e difundir a cartografia e os textos científicos pelo Império. Tal como havia sido o caso da Academia em 1779, as instituições favoreciam textos acerca do conhecimento prático, aplicável à situação econômica e ecológica dos domínios portugueses (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 128). A Tipografia do Arco do Cego, especialmente, destinava-se à publicação de textos sobre agronomia, botânica, química e mineralogia, cujo objetivo era a difusão e técnicas de conversão dos objetos estudados por essas ciências em recursos naturais. Esse objetivo foi parcialmente alcançado, uma vez que uma rede de estudantes luso-brasileiros passou a residir na Europa a partir de um sistema informal de bolsas de estudo financiado pela Tipografia (CARDOSO, CUNHA, 2011, p. 86).

As produções informacionais acerca da América portuguesa, todavia, não eram iguais e isso impactava seus custos de produção e facilidade de circulação. Os mapas de exportação, dada sua centralidade, apresentaram responsividade em sua formatação. De fato, "Tudo leva a crer que a partir de 1780 as diretrizes para a confecção dos mapas mudaram. Em todas as praças brasileiras esses registros se tornaram mais detalhados [...]" (DE CAMBRAIA MARTINS; MELO, 2019, p. 87). Encontramo-nos diante de um aparente impasse. Por um lado, havia crescimento na produção de documentos e na quantidade anual de páginas (Gráficos 1 e 3); por outro, a média de páginas por documento caía (Gráfico 4); tudo isso enquanto, qualitativamente, os mapas de exportação se tornavam mais descritivos. Não nos enganemos, trata-se de uma contradição, mas de modo algum de um paradoxo. A figura do movimento é dialética, e não dualista. Os fenômenos, aparentemente inconciliáveis, na verdade se reforçavam mutuamente e a questão é de cunho tecnológico.

Optei por designar os mapas de duas formas, a fim de apresentar a questão. Em primeiro lugar, temos aqueles de leitura linear: são listas escritas da esquerda para a direita com o nome, a quantidade e, por vezes, o preço de um "produto"; os demais seguem abaixo. A soma dos valores, em alguns casos, segue por último, abaixo. Em segundo, temos os mapas de leitura tabular.³⁴ Estes são matrizes de informações, com categorias dispostas em sentidos transversais, produzindo dados cruzados (produto x quantidade, produto x destino, produto x valor, valor x ano, embarcação x destino, etc.). As somas dos valores totais geralmente aparecem nas colunas e linhas mais à direita e abaixo, permitindo um cálculo total.

³⁴ Estes mapas são, por vezes, chamados de *Relações*. Entretanto, esta também é uma questão cinzenta com usos sobrepostos. Cf. AHU_ACL_CU, Cx. 45, D. 4431 e AHU – Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 40.

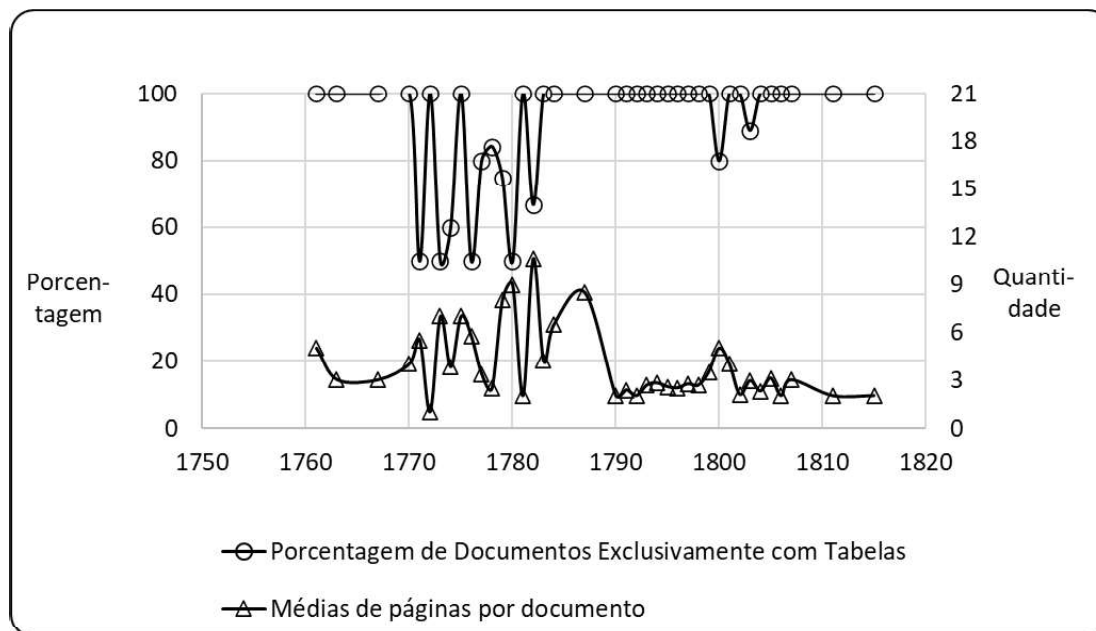
Gráfico 4 - Média anual de páginas de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

A tecnologia do mapa de leitura tabular não surgiu no início de nossa série, mas a tendência da porcentagem de seu uso exclusivo entre os mapas foi se tornando crescente. Em outras palavras, entre 1760 e 1815 uma frequência maior de documentos passaram a utilizar *exclusivamente* mapas de leitura tabular. A correlação inversa entre dado e o número médio de páginas por documento é facilmente identificável (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Porcentagem de documentos com uso exclusivo de tabelas e média anual de páginas de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

A interpretação que nos cabe começa a se delinear. A necessidade de circulação de informações ecológico-econômicas da América portuguesa, por parte dos agentes da colonização, levantava uma questão central para a realização do capital que garantia a continuidade do projeto: como ampliar a massa de dados transmitida, frente à percepção de crise, considerando os altos custos de produção dos documentos imperiais? A resposta - forjada através dos repertórios culturais de contadores, nobres, administradores e juizes, treinados nas escolas criadas nas décadas em tela - foi a implementação progressiva da tecnologia das matrizes de leitura tabular para a elaboração dos mapas de importação e exportação. Estas tornavam os documentos mais compactos, ou seja, mais baratos e mais móveis, do que resulta a conclusão de sua maior eficiência, relativa às necessidades de uma economia insolvente, na qual, contraditoriamente, a produção crescia. Assim, a elaboração acelerada de manuscritos se inscrevia em uma dinâmica da conjuntura específica – o crescimento das exportações - mas, simultaneamente, em uma tendência de mais longa duração: a utilização dos manuscritos como forma de estruturar as redes de poder das monarquias europeias. Ao menos desde o século XVII, o crescimento das extensões territoriais dos impérios ultramarinos e a necessidade de acelerar as comunicações, a fim de dar resposta à celeridade da vida e das disputas políticas imperiais entre

diferentes elites locais e secretários, implicava a demanda por uma velocidade considerável das comunicações (BOUZA, 2022, p. 245). Se a escrita de cartas marcou profundamente o século XVII, no século XVIII, os mapas de exportação somaram-se ao cenário das comunicações de papel que modulavam a vida nos Impérios.

Algumas reflexões adicionais podem ser extraídas se nos apropriarmos criativamente da argumentação de McKenzie sobre os mapas geográficos, aplicando-a para o caso dos mapas de exportação:

“Como tais, esses elementos de um mapa estão sujeitos aos processos normais de registro e comparação, para estabelecer uma linha de transmissão ou uma afinidade de versões. A adoção de uma ortografia reformada, a substituição de nomes nativos por nomes do poder colonizador, a localização gráfica e escala dos nomes e sua relação tipográfica com o uso que se destinam são dimensões do significado simbólico no texto verbal de um mapa. Eles talvez não formem sentenças, mas são mensagens.” (MCKENZIE, 2018 [1999], p. 63)

Ora, os elementos não verbais (as linhas de grade da matriz) são aqueles que garantiam a “eficiência” a que nos referíamos. A questão é, ainda que não o expressem através de palavras, qual a sua mensagem? Podemos interpretá-los como uma forma de assíndeto, uma supressão de certas palavras, na qual a disposição de retângulos justapostos atribui uma equivalência simbólica entre o valor de uso e o valor de troca. Por exemplo, a frase “3.143.242 ½ arrobas de charque foram vendidas por 540 réis cada uma, totalizando 1.697.350.950 mil-réis de montante final” pode ser substituída por uns poucos números enquadrados na grade. O ponto que queremos ressaltar é que, *através* da forma, ocorre uma naturalização da *abstração concreta* da mercantilização. Ela sequer precisa ser expressa com código gramatical, pois ainda que seja implícita verbalmente, é explicitada por meio de suas relações gráficas. A metamorfose do capital-mercadoria em capital-dinheiro é apresentada como algo evidente, transparente e automático, o que auxilia a produzir o efeito de verdade segundo o qual a natureza se decompõe em partes a serem vendidas.

Não nos enganemos: essa forma de escrita, como a dos demais manuscritos na Idade Moderna, não era uma forma pessoal e intransferível de visão de mundo, mas, sim, parte da formação de práticas de escrita e leitura que ajudavam a criar o espaço público no qual se esboçavam as visões de mundo ativas no cenário político (BOUZA, 2022, p. 246). Particulares, governadores e juizes, através dessas representações, procuravam construir poder político junto aos monarcas e vice-reis, reforçando argumentos quanto às possibilidades de aprimoramento econômico dos impérios. Tal como cartas, os mapas fluíam, formando as redes que comunicação, cujos membros projetavam os passos da

dominação imperial, que dependia da contabilidade da natureza registrada em papel. Uma Natureza numérica, quantificável, cuja representação corria velozmente.

Mapas da fronteira

A situação da capitania de Rio Grande de São Pedro, neste contexto, era bastante peculiar. A vila de Rio Grande, antiga capital, havia sido ocupada por espanhóis em 1763, no decorrer da Guerra dos Sete Anos, o que levou à transferência a capital para Porto Alegre. O cenário de guerra e conflitos militares constantes, como era de se esperar, apresentava problemas de ordem contábil relacionados às despesas das tropas. Entre 1774 a 1777, Manuel Joaquim de Azevedo, administrador das contas dos batalhões efetuou pagamentos para mais de 6.300 homens (DA CRUZ, 2014, pp. 15-16). Portanto, não deveria causar surpresa que, após os mapas da década de 1740, assinados pelo governador, remetendo as quantidades de munições e gado, os próximos a aparecerem na série refiram-se às despesas das praças militares e aprovisionamento das tropas.³⁵

A fim de aplicar o expediente contábil, a capitania, como outras no mesmo período, recebia um fluxo de administradores profissionais (PAQUETTE, 2013, p. 21). O contador Sebastião Francisco Betâmio, por exemplo, dirigiu-se inicialmente à Bahia em 1767, para introduzir o método de partidas dobradas, por meio do qual auxiliou a reduziu o déficit da capitania. Seguiu depois para São Paulo e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, de onde esboçou instruções para o tempo de guerra no Rio Grande de São Pedro, em 1774, capitania para qual se dirigiu e sobre a qual escreveu uma longa “*Notícia*”, relatando a situação econômica da capitania, datada de 1780. Em 1784, serviu em São Paulo de Luanda (ALDEN, 1968, pp. 314-315; CRUZ, 2014, p. 12). Dom Diogo de Sousa, futuro Conde do Rio Pardo, por outro lado, depois de passar por Moçambique, entre 1793 e 1798, Maranhão, em 1798, passou um tempo como capitão-geral de Rio Grande, entre 1807 e 1814. (PAQUETTE, 2013, p. 24).

A reconquista de Rio Grande, a expansão das fronteiras sul e oeste, avançando sobre o território indígena, e a massificação da importação de pessoas escravizadas, tornariam possível uma intensificação da produção, a ponto de os excedentes serem exportados. O encorajamento do plantio de trigo, para citar uma das mercadorias mais importantes, apresentava-se como uma possível solução para o problema da demanda crônica de Portugal durante o século XVIII. Marrocos, as cidades

³⁵ As informações deste parágrafo se referem aos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), descritos na Bibliografia deste artigo e que foram consultados através do Projeto Resgate.

italianas, os estados germânicos, todos haviam sido invocados para saciar a fome do Império. O Rio Grande se erguia como uma nova fonte escravista de comida. Essa produção foi, como era de se esperar, registrada (PAQUETTE, 2013, p. 57).

A questão é que os preparativos para a criação de uma alfândega foram tomados apenas em 1800. A Carta Régia da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de 15 de julho de 1800 apresentava a ordem de que o Vice-Rei informasse as condições para o estabelecimento do órgão, que produzisse um regimento interno e que nomeasse um juiz. Entretanto, a instituição só seria, de fato, criada em 1804, na Vila de Porto Alegre, com um Consulado na Vila do Rio Grande (MIRANDA, 2000, pp. 107-108). Antes disso, são outras as fontes dos mapas de exportação.

O primeiro documento que compõe a série, frequentemente utilizada pela historiografia, é a *Relação* de 1787, não assinada, sob formato de mapa de leitura linear. O segundo é o *Ofício* de 1791, assinado pelo comandante do Rio Grande de São Pedro, o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, como mapa de leitura tabular. O terceiro, o *Ofício* de 1792 é assinado pelo mesmo, mas apresenta-se sob forma linear. O quarto, *Ofício* de 1793, também assinado por Pinto Bandeira, apresenta leitura linear. Ora, a própria presença de alguém como Pinto Bandeira entre os emissores, aponta a tensão entre a intenção e a produção destes documentos. O ministro da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, desde 1796, estava empreendendo uma tentativa de controle e reforma do “pacto colonial”. Além da necessidade de aumentar as receitas do Estado, as exportações e a produção portuguesa de manufaturas, o combate ao contrabando era uma questão absolutamente central para o Coutinho (CARDOSO, CUNHA, 2011, p. 82). Pinto Bandeira, contudo, assim como muitos outros líderes locais, era um contrabandista contumaz. Dotado dos poderes de sua rede de aliados e da capacidade econômica extraída de sua posição de governador interino da capitania entre 1784 e 1786 e 1790 e 1793 - o militar era um dos responsáveis pelo comércio fluvial ilegal de escravizados e couros entre Montevideo e o porto de Rio Grande (GIL, 2007, p. 155-156, 177-182, 196).

Em 1795, quando da morte do brigadeiro, o comandante da Fronteira do Rio Grande, Manuel de Marques Sousa, remeteu a Martinho de Melo e Castro, secretário de estado da Marinha e Ultramar, o *Ofício* do falecido, de leitura tabular. Este mesmo comandante, assinaria, em 1797, um *Mapa* com as embarcações e cargas que saíram do porto do Rio Grande de São Pedro entre 1790 e 1797, de leitura tabular. Em 1803, o governador da capitania, Paulo José da Silva Gama, enviaria ao príncipe regente uma *Carta*, com os mapas de exportação e importação, de leitura linear; no mesmo ano enviaria um

Ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar com mapas lineares e, no ano seguinte, uma *Carta* ao rei com mapas lineares. Em 1806, o governador torna a enviar um *Ofício* ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, com mapas lineares.³⁶

Para o período posterior à criação da Alfândega (1808-1822), José Feliciano Fernandes Pinheiro foi, em geral, o principal assinante de documentos, exceto quando a assinatura dos documentos foi suprimida. Ele havia sido escolhido para o cargo ainda antes da criação da alfândega, na época em que atuava como Auditor das Tropas do Continente (MIRANDA, 2000, pp. 107-108). Nascido em 1774, na vila de Santos, Pinheiro descendia de um coronel de milícias, Jose Fernandes Martins e D. Thereza de Jesus Pinheiro, que ele próprio dizia ser descendente de família nobre. Depois dos estudos preparatórios, seguiu, aos dezoito anos, para Coimbra. Esta trajetória o insere na citada geração de 1790, o que lhe permitiu entrar em contato com José Bonifácio, Frei Veloso e Conde de Linhares. Pinheiro trilhou uma carreira de funcionário da Coroa, passando por instituições típicas do período: atuou como tradutor e editor da Casa Literária do Arco do Cego e quando foi encarregado de criar a Alfândega, retornou ao Brasil, em 1801, ano em que recebeu a Ordem de Cristo (TURIM, 2015, pp. 179-180).

O historiador Rodrigo Turin chega a falar que Pinheiro haveria realizado a

[...] incorporação de um *ethos* próprio a esses ilustrados, constituído não apenas por uma valorização do trabalho e pela busca do aperfeiçoamento técnico na exploração dos bens naturais, mas principalmente na ideia de que o enobrecimento, mais do que uma herança constituída, deve resultar de uma carreira de serviços prestados ao Estado [...] (2015, p. 180).

Homem metódico, formado em Coimbra, Pinheiro assinaria extensos mapas de exportação. Durante os primeiros anos, de 1808 a 1814, os mapas eram detalhados e apresentados em formato linear, sintetizados em *Resumos*, suportes de papel de pequeno porte. Todavia, a partir de 1812, o Juiz começou a acumular cargos: participou da Campanha por Santa Thereza com o exército português; em 1813, integrou a Comissão Militar que julgava réus acusados de rebelião na Campanha; em 1816 tornou-se Volga de Justiça, magistrado responsável crimes comuns; e, finalmente, em 1821, foi eleito deputado das Cortes da nação Portuguesa (COSTA, 2011, pp. 27-29).

É próximo a esse período que as características dos mapas começam a mudar. Em 1815, o escrivão da Alfândega, Albino dos Santos Pereira, assinou um mapa de leitura tabular. O mapa de 1818, não assinado, segue a mesma característica, apesar de que os resumos de 1818 a 1820, assinados

³⁶ Conferir nota 5.

por Antônio Isidoro da Costa Ramos ainda sejam lineares. Por fim, os mapas de 1819 a 1821, assinados por José Rodrigues d'Oliveira, escrivão da Mesa Grande, apresentam leitura tabular. Os *Resumos* estão presentes por todo o período.³⁷

Descrita a série, de 1787 a 1821, quais conclusões podemos desenhar? Em valor de face, as transformações são visíveis: os mapas lineares se acumulam nos anos anteriores à fundação da Alfândega e nos anos formativos, antes do relativo afastamento de Pinheiro. Com o aumento da presença dos escrivães nas assinaturas, os mapas tabulares voltam à cena, seguidos de perto pelos lineares. Essas informações foram cruciais na transformação econômica da capitania entre 1780 e as primeiras décadas do século XIX. Se, em 1780, Domingos Alves Branco Muniza Barreto, cavalheiro professor da Ordem de São Bento de Aviz, afirmava que pretendia “tirar aquele Continente [a capitania] do ínfimo e decadente estado em que se acha (...)”;³⁸ por outro lados, em 1839, o comerciante francês Nicolau Dreys, instalado no Rio Grande, entre 1817 e 1825, afirmava que “as esplendidas pastagens, em que girão e se multiplicão imensas manadas de gado, são as minas de ouro que ahi se tem explorado com incessante lucro”.³⁹ Da decadência ao lucro infinito. Tal passagem foi possível pela existência do conhecimento da natureza do Rio Grande: o gado, que na escrita do mercador, aparecia como uma “mina de ouro”. Essa alquimia sinistra, dependia de uma visão particular da natureza. A conversão imediata do gado em charque, como ele aparecia nos mapas de exportação, isolava a parte do todo, a carne do corpo. A representação quantitativa não escondia apenas a exploração das mãos escravizadas que trabalhavam nas charqueadas, mas também todo o complexo ecológico que sustentava o animal até ele ser transformado em mercadoria. Na Idade Moderna

O complexo de criação de animais produzia uma distância espacial e temporal entre proprietários e aqueles gerenciavam os animais vivos, daqueles que taxavam e que consumiam suas carcaças. Essa alienação — e a objetificação que se seguia — separava os consumidores dos animais cujos corpos eles comiam e vestiam e foi um dos efeitos mais poderosos da pecuária.⁴⁰

³⁷ Dados provenientes do Arquivo Nacional, Real Junta do Comércio, cx. 448, pct. 1.

³⁸ BARRETO, Domingos Alves Branco Muniza. “Observações relativas a agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniza Barreto, cavalheiro professor da Ordem de S. Bento de Aviz e capitão de infantaria do regimento de Estremos”. apud SANTOS, Corcino Medeiro dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1984, pp. 177-188.

³⁹ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: J. Velleneuve, 1839, pp. 63-64.

⁴⁰ “Animal husbandry created temporal and spatial distance between those who owned and managed living animals and those who taxed and consumed their corpses. This alienation—and the objectification that followed— separated consumers from the animals whose bodies they ate and wore and was one of the most powerful effects of livestock husbandry.” NORTON, 2023, p. 45, tradução livre.

Se, por um lado, o complexo produtivo distanciava fisicamente os animais de seus consumidores e dos administradores imperiais, por outro lado, o complexo discursivo, do qual os mapas de exportação faziam parte, afastava imageticamente a natureza e os agentes do poder imperial, que a viam retratada como número, lucro e moeda. A partir deste ponto, a conversão do gado em “mina de ouro” é melhor compreendida. Um efeito da tecnologia escrita produzia e era produzido por uma metáfora que se fixava na mente e na prática dos agentes históricos: a equalização da natureza-extra humana em capital. Nos campos, a transformação acontecia na carne; nos gabinetes, a transformação acontecia no papel.

O maior detalhamento, sugerido pela opção extrema do registro duplo, é compatível com o nível de interesse na capitania. Dom Rodrigo manteve um olhar atento ao comércio na região, em especial no que tangia à importação de sal para a produção do charque. Ele estava assentado em um olhar abrangente sobre a questão: na Academia Real das Ciências, muitos discursos foram escritos sobre aquela mercadoria, colocando-a no centro do debate econômico. Mais tarde, muitos mapas de exportação a retratavam, criando condições para o conhecimento do mundo debatido pelos letrados. (GODINHO, 2019, p. 113) Uma vez discriminadas as quantidades, preços e portos de importação, seus argumentos contra o monopólio do produto poderiam ganhar força. Seus esforços foram bem sucedidos: em 1801, o monopólio chegou ao fim depois de uma década de crescimento das importações e dos preços dos cristais, que estavam, como era de se esperar, registrados nos mapas. No início da década de 1800, as importações do Rio Grande já incluíam o Rio de Janeiro, com destaque para as salinas de Cabo Frio. Reconfigurar as paisagens através das informações, a fim de promover a conexão mercantil entre os pontos produtivos do Império, eis um dos sentidos da linguagem quantitativa dos colonizadores.

Conclusão

Alfred Crosby – ao discutir os mercadores modernos, suas técnicas de contabilidade e autorrepresentações – observou que, ao dirigir o Ocidente em direção ao capitalismo, eles acreditavam que estar prestando um favor à humanidade ao racionalizar suas contas (CROSBY, 1999, pp. 187-188). É sintomático, portanto, que surgissem associações tais como a Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público, fundada em Ponte de Lima em 1780, no Império português. Essas sociedades, ao promoverem o ensino de técnicas agrícolas e economia doméstica, ajudavam a

formar a interpretação de que a produção imperial de excedentes mercantis significaria melhoria das condições de vida dos súditos lusitanos (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 128).

Para tanto, era necessário reimaginar e reinventar os espaços: reforçando fronteiras através do comércio, o que mantinha os comerciantes coloniais satisfeitos; invadindo terras de povos originários; e ampliando o escopo do tráfico transatlântico. Esse processo pode ser compreendido nos termos da dialética das frentes de expansão e das frentes pioneiras (MARTINS, 1996, pp. 27-33, PAQUETTE, 2013, p. 51). No entanto, dificilmente os benguelas, traficados para o Rio Grande; os tapes, cujas terras eram tomada; ou os espanhóis, em cujas vilas se fazia contrabando de escravizados, diriam que suas vidas melhoravam com a expansão da produção e do comércio do Império português.

Nos salões dos iluministas lusitanos, entretanto, essas não eram as pautas principais. Um diálogo triangular entre a tradição intelectual portuguesa, a escola fisiocrática e a obra de Adam Smith dava o tom das discussões. Os termos do debate eram a liberalização do comércio, a produtividade agrícola e a industrialização, que formavam a percepção de que a circulação biológica intensa garantiria o ciclo do capital, seja pelo tráfico de produtos vegetais, como trigo, o café, açúcar ou algodão; seja pelo tráfico de produtos animais, como o charque e o toucinho. Essas estratégias eram vistas como fundamentais para assegurar a viabilidade econômica do império em um cenário concorrencial. Como notou Santos “Viver e existir como os outros europeus era uma expressão emblemática do anseio de Dom Rodrigo em reivindicar um lugar para Portugal na Europa e, conseqüentemente, no mundo” (SANTOS, 2009, pp. 224-225). Essa conquista só seria possível com o domínio das técnicas de comunicação e de exploração do território. Quanto ao às transformações técnicas este caminho

Foi uma das trilhas que conduziram à ciência e à tecnologia, na medida em que seus praticantes eram adeptos da quantificação, em sua percepção e manipulação do máximo da experiência que pudesse ser descrito em unidades de medida. Em seu caso, a unidade era o *dinheiro*⁴¹ [...] (CROSBY, 1999, p. 188, grifo meu, cf. nota de tradução)

Assim, seria imprudente considerar que a circulação dos documentos dos quais falamos fosse apenas uma relação burocrática ou administrativa. Na realidade, a situação pode ser melhor compreendida como a formulação de espaço público no qual a paisagem convertia-se em fator de

⁴¹ Nota de tradução: Optei por “dinheiro” em vez de “moedas”, como na versão brasileira, por duas razões. Em primeiro lugar, o termo em inglês é “money” e não “currency”; em segundo lugar, pois a própria capacidade dos capitalistas em multiplicar suas receitas dependia da manipulação de diferentes moedas, justamente porque elas possuíam uma *relação social* que as unificava em termos de *valor*, o dinheiro. A moeda é a materialidade, mas a relação entre ela, o trabalho e a mercadoria, é que de fato é a “*quantia*” de que fala Crosby.

produção. A escrita era, de fato, um gesto, um ato político de intervenção em um debate em andamento (BOUZA, 2022, p. 252). O pampa se tornava terra; a terra, em gado; e o gado passava a significar ouro. O fluxo deste capital, unificador discursivo da matéria, acabaria por possibilitar a hierarquização dos espaços. O historiador Gabriel Paquette afirmou que a frase “‘Unidos e desiguais’ resumia a estratégia da Coroa.” (2013, p. 20) e essa era a questão: hierarquização espacial através da economia e controle do território. Para garantir um caminho seguro para o Tesouro, os mapas eram traçados.

Referências bibliográficas

Fontes:

IMPRESSAS

BARRETO, Domingos Alves Branco Muniza. “Observações relativas a agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniza Barreto, cavalheiro professor da Ordem de S. Bento de Aviz e capitão de infantaria do regimento de Estremos”. apud SANTOS, Corcino Medeiro dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: J. Velleneuve, 1839

RELATÓRIO do Vice-Rei do Estado do Brazil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu sucessor o Conde de Resende, 20 de agosto de 1789, *RIHGB*, vol. XXIII, 1860, p. 233-234.

RELATÓRIO do Vice-Rei do Rio de Janeiro Entregando o governo a Luiz de Casconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *RIHGB*, vol. IV, 1842, p. 409-486.

SALES, Alberto Jacqueri de. Dicionario do Commercio. Tomo III. Que contem as Letras iniciaes Q, R, S, T, U, V, Z. [1761-1773]

SALES, Alberto Jacqueri de. Dicionario do Commercio. Tomo I. Que contem as Letras iniciaes A, B. [1761-1773]

SERRA, José Corrêa da. “Discurso Preliminar.” in *Memorias econômicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura*, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789

SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p.

VANDELLI, Domingos. “Memória Sore as Producções do Reino, e das ConquiStas, primeiras materias de diferentes Fábricas, ou Manufacturas” in *Memorias econômicas da Academia real das sciencias de Lsboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789

Manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU_ACL_CU, Cx. 45, D. 4431

AHU – Brasil Limites, cx. 3, doc. 223 e 253

AHU – Brasil Limites, cx. 3, doc. 253, 224-242 e 245-252

AHU – Brasil Limites, cx. 3, doc. 256

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 4, doc. 40.

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 4, doc. 31; cx. 5, doc. 34 e 55 e 56; cx. 6, doc. 5

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 9, doc. 43 e 44; cx. 11, doc. 29.

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 10, doc. 40 e 41; cx. 11, doc. 5

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 13, doc. 13; cx. 11, doc. 22.

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 16, doc. 19

AHU – Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 56.

AHU – Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 40.

ARQUIVO NACIONAL

REAL Junta do Comércio, cx. 448, pct. 1

Referências Bibliográficas

ALDEN, Dauril. **Royal government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

ALMODEVAR, António; CARDOSO, José Luís. "The establishment of the economist profession in Portugal." In: AUGELLO, Massimo M. and GUILDI, Marco E. L., (eds.) **The Spread of Political Economy and the Professionalisation of Economic:** Economic Societies in Europe, America and Japan in the Nineteenth Century. London and New York. Routledge, 2001

BETHENCOURT, Francisco. "Enlightened Reform in Portugal and Brazil." In: PAQUETTE, Gabriel, (ed.) **Enlightened reform in Southern Europe and its Atlantic colonies, c. 1750-1830.** Routledge, 2016.

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e seus domínios ultramarinos. In: Fragoso, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 343-371.

BONNEUIL, Christophe. FRESSOZ, Jean-Baptiste. **The shock of the Anthropocene: The earth, history and us.** Verso Books, 2016.

BOUZA, Fernando. "Um governo em cartas: la correspondência entre información, despacho y memoria em los siglos XVI y XVII". **Hipogrifo**, 10.2, pp. 241-259, 2022.

BRAUDEL, Fernand. "European expansion and capitalism, 1450-1650." In: **Contemporary Civilization.** Staff of Columbia College, Columbia University (Eds.), Chapters in western civilization. p. 245-288. New York: Columbia University Press, 1961.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism, 15th-18th Century.** Volume III: The Perspective of the World. London: Grafton Street, 1984.

CARDOSO, José Luís. CUNHA, Alexandre Mendes. "Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808)". **Tempo**, 17, pp. 65-88, 2011.

CARDOSO, José Luís. **As origens do programa científico de Correia da Serra: Uma visão inspiradora.** Academia de Ciências de Lisboa, 2024

CARDOSO, José Luís. "Vandelli, Domingos (ou Domenico)". **Dicionário.** Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia. 2024.
<https://dicionario.cihuct.org/vandelli-domingos-ou-domenico/>

CARRARA, Angelo Alves, et al. "The Brazilian economy during the old regime crisis (1750-1807)." **Revista de Historia Economica-Journal of Iberian and Latin American Economic History** 41.1: 119-146, 2023

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. "As aulas de comércio no Império luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante". **Textos das comunicações apresentadas na VII Jornada Setecentista.** [s.l.], 7, pp. 267-276, 2007.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "Negociante". In: SLEMIAN, Andréa, AIDAR, Bruno e LOPES, José Reinaldo Lima. (Org.). **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX).** 1ed.São Paulo: Alameda, 2020, v. 2, p. 97-128.

COSTA, Renata Soares. **A elite em formação e movimento:** o exercício do poder por José Feliciano Fernandes Pinheiro na Alfândega de Porto Alegre (c. 1800–c. 1830). (2011). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DE CAMBRAIA MARTINS, Diego, e MELO, Felipe de Souza. "Os mapas de exportações como fonte de pesquisa (Segunda metade dos séculos XVIII e início do século XIX)." **História e Economia** 22.1, pp. 86-101, 2019.

CROSBY, Alfred W. **The measure of reality:** Quantification in Western Europe, 1250-1600. Cambridge University Press, 1997.

CROSBY, Alfred W. **A mensuração da realidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

DA CRUZ, Miguel Dantas. "Pombal and the Atlantic Empire: political impacts of the foundation of the Royal Treasury." **Revista Tempo** 20, pp. 1-24, 2014.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis transgressores:** elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa.** Lisboa: Edições 70, 2019.

MARQUES, Leonardo. **Para além do grande despertar ambiental:** visões da natureza humana e extra-humana na história econômica e social. (No prelo)

MARQUES, Leonardo. MARQUESE, Rafael de Bivar. "Gold, Coffee, and Slaves: Brazil and 'the So-Called Primitive Accumulation'". **Critical Historical Studies**, volume 10, number 2, Fall, 2023.

MARTINS, José de Souza. "O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira." **Tempo social** 8, p. 25-70, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **Naked tropics: essays on empire and other rogues.** Routledge, 2013

MELO, Felipe Souza. MARTINS, Diego de Cambraia. "Reassessing the productivity of enslavement on large-scale plantations and small farms in Brazilian cotton production (c.1750-c.1810)". **Historical Research**, XX, pp. 1-29, 2023.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografia e a sociologia dos textos.** Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro:** administração pública no período colonial. Porto Alegre. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2000.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **O Império Português no Atlântico:** poderio, ajuste e exploração (1640-1808). 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

MOORE, Jason. "O surgimento da Natureza Barata". In: MOORE, Jason W. (Org.). **Antropoceno ou capitaloceno?:** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

NORTON, Marcy. **The tame and the wild:** people and animals after 1492. Harvard University Press, 2024.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989 [1979].

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil:** agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco (1700-1871). Editora Universidade de Brasília, 2004.

PAQUETTE, Gabriel. **Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions:** the Luso-Brazilian world, c. 1770–1850. Cambridge University Press, 2013.

PARRON, Tâmis. "Transcending the Capitalism and Slavery Debate: Slavery and World Geographies of Accumulation". **Theory and Society**, 52: 677-709, 2023.

QUINTÃO, Régis Clemente. "“Papel, penas e drogas para tinta”: materiais de escritório na administração diamantina do século XVIII." **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** 28, 2020.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. "Um turista na Corte do Piemonte dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Iluminismo italiano e francês (1778-1790)." **Varia Historia** 25, pp. 213-225, 2009.

SANTOS, Corcino Medeiro dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

TOMIC, Dale W., et al. **Reconstructing the landscapes of slavery:** A visual history of the plantation in the nineteenth-century Atlantic world. UNC Press Books, 2021.

TURIN, Rodrigo. "José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo." In: VARELLA, F.; OLIVEIRA, MG; GONTIJO, R.; **História e Historiadores no Brasil:** Da América portuguesa ao Império do Brasil (1730-1860). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

VIEIRA, Nina. "A Story of Whales and People: the Portuguese Whaling Monopoly in Brazil (17th and 18th Centuries)". **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha**, 13(3), pp. 20–48, 2023.

ANEXO 1

No site do Projeto Resgate (<http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>) pesquisei pelas seguintes entradas na barra de pesquisa: “mapa dos generos”; “mapa dos produtos”; “mapa dos efeitos”; e, por fim, “mapa das fazendas”. Selecionei as quatro pastas com mais resultados: Pará, Maranhão, Rio de Janeiro e Pernambuco. Exceto quando especificado em nota de rodapé, utilizamos todos os documentos presentes nos resultados da pesquisa. Depois de filtrar dos dados aqueles que não seria possível aproveitar, me vali de 78,1% do valor de face dos resultados. Formulei uma base de dados com os descritores: Pasta, Entrada, Ano, Número do Documento, Tipologia, Número de Páginas, Conteúdo, Formato, Posição do Emissor, Assinatura do Emissor, Posição do Receptor, Assinatura do Receptor e Assinatura 2. O resumo dos das pastas e dos dados seguem na Tabela 1:

Tabela 1 - Dados dos Mapas

Entrada	Resultados						
	Pará ⁴²	Maranhão ⁴³	Rio de Janeiro ⁴⁴	Pernambuco ⁴⁵	Utilizados	Total no Projeto	Porcentagem (Utilizados/Total)
Mapa dos generos	146	11	22	3	172	201	85,6
Mapa dos produtos	2	22	4	2	26	41	63,4
Mapa dos efeitos	1	8	0	7	16	19	84,2
Mapa das fazendas	4	0	1	2	4	17	23,5
Total	154	39	27	14	217	278	78,4

Fonte: Conferir o texto.

⁴² Referente à pasta "Pará": 1 registro de "mapa dos generos" e 1 registro de "mapa de fazendas" são duplicados e 4 registros de "mapa dos generos" são relativos documentos impressos, de modo que dos 154 resultados apontados pela pesquisa utilizaram-se 148.

⁴³ Referente à pasta "Maranhão": 1 registro de “mapa dos gêneros” não apresenta mapa algum; 1 registro de "mapa dos produtos" é relativo a um documento posterior ao recorte temporal, de modo que dos 41 resultados apontados pela pesquisa foram utilizados 39.

⁴⁴ Referente à pasta "Rio de Janeiro": 1 registro de "mapa dos generos" é relativo a um requerimento de mapa de generos, 1 registro é duplicado e 1 é posterior ao recorte temporal; 1 registro de "Mapa dos produtos" é duplicado e 2 são outliers evidentes; 1 registro de "Mapas das fazendas" é anterior ao recorte temporal, de modo que dos 26 resultados apontados pela pesquisa foram utilizados 19.

⁴⁵ Referente à pasta "Pernambuco": 1 registro de "mapa dos generos", 1 registro de "mapa dos produtos" e 1 registro de "mapa das fazendas" são relativos a uma promessa de envio de mapas de exportação, de modo que dos 14 resultados apontados pela pesquisa utilizaram-se 11.